

DO ESTADO E OUTROS DEMÔNIOS: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ESTADO - MOVIMENTO PASSE LIVRE A PARTIR DE UMA ARMA APONTADA À CABEÇA

Leila Saraiva Pantoja

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS-DAN/UNB). Mestre em Antropologia Social pelo mesmo programa, quando analisou etnograficamente algumas experiências junto ao Movimento Passe Livre-DF, centrando seus esforços analíticos nas relações entre Estado e movimento social e nas possibilidades de outras formas de existência a partir do contraste e resistência aos poderes dominantes. Possui Graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2013). Sua monografia de conclusão de curso, “Nem vítima, nem algoz: mulheres de bicicleta em Brasília”, foi premiada pelo Departamento de Antropologia (DAN- UNB) com o primeiro lugar no Prêmio Martín Novión de Melhor Dissertação de Graduação do Departamento de Antropologia - 2013. Suas principais áreas de interesse são Antropologia Urbana e Antropologia Política.

RESUMO

Neste artigo, busco transformar uma abordagem policial que vivenciei, após uma manifestação em uma cidade periférica do Distrito Federal, em uma oportunidade etnográfica. Partindo do que se pode chamar de uma antropologia de dentro (BORGES, 2012), enquanto militante e etnógrafa, busco articular as elaborações da disciplina e as percepções do Movimento Passe Livre-DF (MPL-DF), do qual faço parte, como caminho para algo entender acerca das relações entre Estado e MPL-DF, concretizada em encontros como o aqui analisado. Para tanto, convido as entidades que conhecemos por *demônios* para compor o debate enquanto categoria analítica, apostando em seu caráter ambivalente e de múltiplos significados enquanto metáfora para esta relação.

Palavras-chave: Movimento Passe Livre, Antropologia de dentro, Estado, Demônios.

ABSTRACT

This paper attempts to turn a police raid that I have experienced after a demonstration in a peripheral city in Brasília, into an ethnographic opportunity. From a perspective that might be called “inside anthropology” (Borges, 2012), as an activist and an ethnographer, my intention is to combine the debates of our discipline and the perceptions of Movimento Passe Livre-DF (MPL -DF) as a way to understand better the relationship between State and MPL- DF, concretized in meetings such as the one here analyzed. Therefore, I invite the entities we know as *demons* to compose the debate as an analytical category, betting on its ambivalent character and multiple meanings as a metaphor for this relationship.

Keywords: Movimento Passe Livre, Inside anthropology, State, Demons

Neste artigo, busco transformar uma abordagem policial que vivenciei, após uma manifestação ocorrida no Paranoá¹, em uma oportunidade etnográfica. A manifestação, organizada pelo Movimento Passe Livre-DF (do qual faço parte) junto ao Movimento Calíandra – organização de moradores/as da cidade do Paranoá –, foi uma entre os diversos atos que ocorreram após o aumento de passagem anunciado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) em setembro de 2015.

Levávamos já praticamente um mês de manifestações semanais quando o caso no qual me debruço aconteceu. A interação que outro manifestante e eu tivemos com um grupo de policiais militares, após o fim do ato, povoaram minha cabeça de indagações para as quais agora busco possíveis caminhos. Dentre as diversas temáticas que este evento pode suscitar, aqui me interesse por analisar o que esta situação específica, entre atores(as) também

¹ Região administrativa da periferia do Distrito Federal.

específicos(as), pode nos dizer acerca da relação entre o Movimento Passe Livre-DF e o Estado. É, afinal de contas, também nesses *encontros* que movimento e Estado se constituem, se reformulam, se configuram. O caso é o seguinte:

Saíamos da pequena manifestação que havíamos organizado, na avenida principal do Paranoá, com a sensação de que havia tudo corrido relativamente bem. Sem tanta gente participando, adotamos a mesma estratégia que usamos em outras cidades do DF: interrompemos o fluxo de carros ocupando a faixa de pedestres, com batuque, faixas e panfletos. Na hora do bloqueio, um(a) de nós fazia uma fala explicando os propósitos do ato. Quando a situação ficava mais tensa, desocupávamos a via e liberávamos o trânsito. Fiz algumas das falas naquele dia, assim como outros integrantes do MPL-DF, mas a grande maioria das intervenções foi feita por um morador e militante do Paranoá, Wil. Nesse dia, minha principal função era filmar o ato: muitas vezes a câmera parece funcionar para nós, ativistas, como uma espécie de proteção – sua presença nos parece evitar algumas atuações mais violentas por parte da polícia, em especial quando não há presença de jornalistas, de veículos de comunicação que chamamos de *mídia corporativa*².

À medida que passamos mais tempo ocupando a rua, o policiamento ao nosso redor, inicialmente bem reduzido, foi aumentando. Quando percebi que a polícia se aproximava de Wil, também me aproximei com a câmera, com o intuito de registrar qualquer tipo de agressão ou ameaça. Os policiais me pareciam desproporcionalmente armados: levavam submetralhadoras junto ao peito. Eu tinha uma câmera. E quando me acerquei com ela em punho, imediatamente fui repreendida por um dos policiais: “Não, não me filma não!”, ele gritou. De longe, um outro policial que parecia estar no comando da operação pediu para que o colega me deixasse filmar. Segui meu “instinto”, desses que adquirimos com as experiências: não respondi, me afastei e continuei filmando o ato. Em alguns minutos, a bateria da câmera acabou.

² Utilizarei do itálico para sublinhar termos que fazem parte do vocabulário usual dos sujeitos desse trabalho: tanto de militantes como de policiais.

Passaram-se alguns minutos e o policial que tinha dito que eu não filmasse me chama num canto, com tom gentil, marcadamente diferente do anterior:

– Olha, senhora, me desculpa por falar daquele jeito com você, viu. É porque a senhora não entende meu lado. Quando você me filma, se eu fizer qualquer coisa errada, não é culpa da corporação. Sou eu. Se eu fizer algo certo, a PM leva o mérito, mas, se eu fizer qualquer coisa errada, sou eu quem sou punido. É por isso que eu não quero que a senhora me filme.

Apesar da falta de bateria, continuei com a câmera no pescoço: é que a simples presença da câmera já parece nos servir de amuleto. Respondi, ao lado de um amigo que então me acompanhava:

– Senhor Ricardo (vi o nome na identificação), olha, esse é um problema que o senhor precisa resolver dentro da sua corporação. No entanto, enquanto agente do Estado, a sua imagem é pública, e eu, enquanto sociedade, tenho o direito de fiscalizar e registrar o seu trabalho. A sua imagem é da PM, no exercício de sua função.

Eu não tinha qualquer garantia jurídica do que falava, assim como o sargento Ricardo também aparentava não ter. Ele dizia que não, sua imagem era, antes de tudo, dele. Eu dizia que a sociedade tinha o direito de fiscalizar a ação policial. Não chegaríamos a lugar nenhum. Me afastei paulatinamente para continuar acompanhando o ato.

A manifestação se estendeu por pouco mais, com algumas falas de Wil denunciando a ação violenta e cotidiana da Polícia Militar na *periferia*. Após uma rápida finalização, fiquei responsável por levar Wil, a bateria, as faixas e placas até sua casa, usando um carro emprestado de um outro militante que estava presente no ato. Tratava-se de um pequeno percurso, de menos de 2 km.

Aproveitamos o caminho para fazer uma rápida análise do ato. Wil comentava que não queria voltar a pé sozinho para casa e por isso aproveitou a carona: era sobre a presença constante desse medo que ele falava quando criticava a atuação da PM nas suas falas na manifestação. Wil me disse várias vezes: manifestação no Paranoá não é como manifestação *no Plano*. Assim

que deixamos a avenida principal do Paranoá, iluminada e cheia de gente, noto que há uma viatura atrás de nós. Ela está de farol apagado e sirene desligada. Me assusto por um instante, mas concluo que é paranoia – esse é também um processo recorrente na vida de vários(as) militantes como eu: primeiro o medo, depois o medo de estar com medo demais. Continuo dirigindo. Eram mais ou menos oito da noite.

Há, no entanto, perigo na esquina.

A sirene toca. Fico confusa sobre o que fazer: devo parar? Devo dar passagem? Encosto o carro do lado direito da pista, achando que a viatura queria me ultrapassar. Passo alguns segundos parada, sem saber o que a polícia quer que façamos. A viatura continua atrás de mim, mas os PMs não fazem qualquer sinal: nem de descer do carro, nem de nos ultrapassar. Resolvo seguir adiante. Ando alguns metros e a viatura nos segue cantando pneu: “Vai *evadir*? Vai *evadir*? Eu mandei você parar!”

Paro o carro no meio da rua, já isolada, no Paranoá. Minhas pernas tremem. Os policiais descem ainda gritando: “Mão na cabeça! Desce do carro! Bora, bora!”. Armas em punho. Sargento Ricardo vem em minha direção com a mesma submetralhadora de mais cedo, mas agora a aponta para a minha cabeça.

Todos os policiais que participaram daquela abordagem estavam conosco no ato: não nos haviam parado por acaso, assim como não parecia ser por acaso que estávamos em uma viela do Paranoá. E, olha, com as mãos na cabeça, numa rua escura de uma cidade-satélite, desafio qualquer um(a) a não ficar com medo. Minhas pernas demoraram a parar de tremer. Eu, branca. Wil, negro³. Nós dois militantes. Todos os policiais são indubitavelmente brancos⁴. “Há algo ilegal nesse carro? A senhora é proprietária do veículo?”

³ Há quem questione se a minha branquitude é assim, tão absoluta. Embora essa questão seja até constante em minha experiência, opto por reafirmar aqui minha condição de branca baseada, principalmente, em minhas interações com X, nas quais essa diferença é por vezes marcada: para ele sou tão branca quanto ele é negro.

⁴ Desde 2009, exige-se diploma de curso superior para entrada na Polícia Militar do Distrito Federal. Tenho a impressão que essa medida, assim como o aumento dos salários, contribuiu para o branqueamento da instituição, tendo em vista o acesso ainda restrito ao ensino superior no DF. Como

Respondi não para as duas perguntas. Torci para que o dono do carro não transportasse nada suspeito. Depois de dar um *baculejo* em Wil, os policiais anunciaram que iam revistar o carro.

Um carro tão cheio de coisas demora um bocado para ser revistado, e a tensão do momento fez com que parecesse ainda mais. Durante a revista, Wil comenta que aquela cena está acontecendo porque ele é negro, trazendo à tona a dimensão racial subjacente às ações da polícia. Um policial retruca: “Você não tem essa cara de bandido que você tá falando, não!”. Wil pergunta se ele acha que se afirmar negro é se afirmar bandido. O policial diz: “Não, veja bem, não é isso! Estou dizendo que você me parece saudável!”. Neste momento, Wil se exalta e o tom da discussão aumenta. Confesso que tenho medo dessa reação e resumo minhas respostas a “sim” ou “não”. Eu não sei das feridas vivas que Wil carrega no peito.

Procuro ficar atenta à revista do policial, que segue olhando as coisas no carro. Essa é também uma preocupação constante que tenho enquanto militante. Para implantar qualquer coisa e nos incriminar ali, só basta a vontade do policial, penso. Não haveria muito o que eu pudesse fazer, se fosse esse o caso, penso em seguida. Mas não deixo de olhar atentamente o carro, como se meu olhar pudesse me trazer alguma garantia.

O mesmo policial que havia se aproximado de Wil durante o ato retoma a conversa sobre o direito de imagem do sargento Ricardo. Ele me diz que eu não tenho razão em filmá-lo e pergunta se sou jornalista. Digo que não, sou antropóloga. “Formada?” Sim. “Exerce?” Estou fazendo meu mestrado agora. “Parabéns, viu! Eu sei que a UnB é uma das poucas faculdades que tem Mestrado em Antropologia. Eu tentei fazer Direito lá, até passei, mas não consegui manter. Aquela grade horária, toda aberta, não dá para mim, que tenho filho para criar. Tive que sair e fazer numa particular.” Pra você ver como as coisas são injustas, respondo.

eu e X conversamos após esta abordagem, a presença de mais policiais brancos parece causar algum tipo de reconfiguração nas ações da PM nas periferias das cidades, onde sua atuação é mais ostensiva. Acredito que essa mudança no perfil dos policiais e seus efeitos mereçam ser alvo de estudos mais aprofundados.

“Pois é, gente, mas vocês precisam ver que nós estamos do mesmo lado.” Um outro policial entrou na conversa. “A minha conta de luz vinha 60 reais. Agora vem 120. Não dá, tá subindo demais.” “E a passagem tá mesmo absurda, como assim 4 reais?!”, outro policial. “Viu como a gente concorda com vocês? Tem que lutar mesmo. Mas, assim, tudo que acontecer na manifestação é responsabilidade de vocês dois, vocês também precisam entender isso. Por isso que estamos aqui também, né. Mas nós estamos do mesmo lado.” Nesse momento, todos os policiais estão com feições surpreendentemente amigáveis, sorrindo enquanto conversam conosco. Wil responde que não, não estamos do mesmo lado. Diz que a PM só nos revista porque estamos organizados: “Lá do lado de casa tem um *biqueira*⁵ que vocês tão cansados de saber que existe, mas não chegam lá. Porque bom mesmo é nos ver mortos, no crime”. Um dos policiais responde, ainda sorrindo: “Calma, cara. Não precisa tanta agressividade. Pra que falar com a gente desse jeito?”.

Nada encontrado no carro, mas eu não estou com o documento, que ficou com o dono. O comandante me diz: “O protocolo seria te levar para a delegacia, porque o porte desse documento é obrigatório. Mas vocês vão aqui pertinho, né? Faça o seguinte, dona Leila Saraiva Pantoja. Estaciona o carro aqui onde vocês vão e peça para o dono do carro vir buscar. Não ande sem documento, tá? Vou te liberar dessa vez”. Falou essa frase com um tom de benevolência e mais uma vez sorriu, agora como se esperasse meu agradecimento.

Já estávamos entrando no carro quando um dos policiais se aproximou outra vez: “Ei, quando é o próximo ato?”. Silêncio. “Na próxima manifestação, lembrem de pedir pelos direitos dos policiais, a gente tá sem convênio médico há vários meses.” Entrei no carro ainda com frio na barriga. “Que *rolê* mais passivo-agressivo, hein?” – disse para o Wil, enquanto dirigia o carro até sua casa. Era dia 14 de outubro.

⁵ Ponto de tráfico de drogas.

Do Estado e outros demônios:

O que dizer, então, sobre Estado e Movimento a partir de uma arma na cabeça?

Em sua página no Facebook, Wil se dedica a esse empreendimento, no dia seguinte à abordagem que sofremos. Seguem alguns trechos de sua análise:

“Essa noite, dormi muito bem. Obrigado! Acordei tranquilo. Ontem, vocês sabem disso, a polícia a mando do sargento Neves (ou tanto faz) fez uma abordagem pra ameaçar eu e Leila, após o ato que nós participamos contra o aumento do preço da comida, das passagens, da gasolina e da vida que pra nós anda cara, mas pros capitalistas tá barata.

A polícia, como os carrascos da idade média, não se identifica. Usa sobrenomes e não nomes completos com RG e tudo que eles exigem de nós. Como fizeram. Na abordagem eles se dirigem uns aos outros chamando por números. Quando são identificados por filmagens eles dizem ter direito de imagem. Como se fossem Charles Bronson ou Arnold Schwarzenegger. A polícia não se identifica nas abordagens porque também tem medo de retaliação. Porque sabem que o que estão fazendo é errado. [...]

Ontem, depois do ato. Escrevi sobre a ação da polícia, desse sargento Neves (ou tanto faz). E dormi muito bem. Eles, lá no protesto disseram que até apoiavam, achavam justo. Mas chamaram reforço e nos cercaram como aviso.

Não houve confronto. [...]

Eles foram muito polidos. Como Leiloca disse... “Passivo-agressivos”. O Estado é nocivo. Sou militante, comunista. Sei disso. O Estado é dos ricos, entenda isso. O sargento Neves (ou qualquer um) é subordinado. Eles nos emboscaram na quadra 16, na rua atrás de onde moro e fui criado, aqui no Paranoá-DF, onde o arrego, a propina é cobrada todo dia do tráfico. Fomos ameaçados pelos agentes do

Estado. Disseram que seremos responsabilizados por qualquer ato chamado, segundo lei feita pra reprimir os atos de 2013 [...]

Eles vão me rondar com suas viaturas, vigiar meus e-mails... meu Face. Não tenho mais medo disso. Não é novidade. [...] Mas não vou dar motivo pras arbitrariedades do Estado. Eles..., eu não sei de onde vieram. O nome. Onde moram (são táticos). Eu sou como você. Nasci na Ceilândia, moro no Paranoá, tivemos barracos derubados pelo Estado no Paranoá Velho, como muitos de vocês. Eles têm meus documentos, podem me bater, me prender, me matar. Eles são treinados pra isso. Eles andam armados. Eles não andam sozinhos... Pior que isso... A lei fortalece os atos deles.

Se eles querem minha identidade, que levem. Se querem me ameaçar, que o façam. Se precisarem disso para se sentirem mais autoridade, mais homens, mais cumpridores da lei que atinge até a família deles. Que o façam! Mas não me convencem. Eu sei que lutar não é crime. É meu dever. E se as leis, a polícia, o Estado... Estiverem contra nós, temos que nos rebelar. Temos que nos defender. Nós, nossa família, nossos companheiros de vida. [...]

A polícia quer parecer igual a mim e a você. A democracia precisa que você ache que somos iguais. Mas não somos. Eles estavam em quatro, armados com duas pistolas semiautomáticas, uma submetralhadora e uma escopeta. Todo aparato de vigilância e repressão comprado com o seu dinheiro, para bater em jovens negros, reprimir protestos até dos doentes nos hospitais, pra sufocar lideranças, greves, pra comprar partidos e políticos para fazerem essas leis que a polícia é obrigada a cumprir (e o fazem porque optaram por essa função, essa profissão... poderiam trabalhar em outro ramo, como você).

Não. Não vou ficar em casa com medo da repressão. Sou um jovem, negro de periferia. Ameaça eles já fazem todo dia. Sou comunista... Choro, sinto dor, tenho medo dos agentes do governo, das covardias. [...]

Não sou covarde! [...]

O Estado já lançou meus dados na internet, em edital... Minha vida já é de conhecimento geral. Não tenho nada a esconder. Nem meu rosto, nem meus dados, nem os meus atos. Estou sendo honesto e NÃO espero que o Estado, a burguesia seja. Eles se escondem. Eles mentem. Eles assassinam covardemente à noite. Eles não têm nome” (Wil, 15/10/2015 no Facebook).

Ressalto aqui alguns pontos que me intrigaram ao ler sua análise. Em primeiro lugar, Wil falará de arbitrariedade, mas não como se a abordagem em si fosse arbitrária, excepcional ou uma regra não obedecida. Ela é uma prática cotidiana, vista diariamente em sua cidade. Arbitrário, estruturalmente, é o Estado: “O Estado é nocivo”. Em oposição a um discurso oficial que poderia afirmar que aquela abordagem foi uma exceção, descumprindo a racionalidade estatal, para Wil é regra justamente por cumpri-la. Por outro lado, aqueles policiais são ao mesmo tempo agentes e subordinados do Estado – poderia ser o sargento Neves, mas poderia também ser qualquer um. A lei fortalece o ato deles, ao mesmo tempo que ele sabe que *lutar não é crime*. Simultaneamente, Wil diz: os policiais não se identificam porque temem retaliação, sabem que estão errados. Fica no ar a dúvida sobre qual código eles saberiam estar errados, se a partir de alguma noção moral dos policiais que ultrapassaria a corporação ou, segundo a lógica de quem poderia retaliá-los.

Há ainda uma mistura de posições por parte dos policiais militares, acusada por Wil⁶. Inicialmente, ele se queixa por agirem como corporação: *eles não têm nome, não se identificam, se tratam por números, enquanto pedem que nos identifiquemos e que apresentemos nossos documentos*; ao mesmo tempo, também se queixa quando os policiais deixam de se apoiar na corporação para se colocar enquanto indivíduos, alegando aí um direito de imagem: *quando são identificados, eles falam de direito de imagem*. A ambivalência dessas duas posições aparece aqui como profundamente incômoda.

⁶ É justamente diante dessa análise que optei por dar o nome de Wil, como ele o deseja.

Por outro lado, Wil também passeia por essa ambiguidade: ele tem nome, uma trajetória, morou na Ceilândia, no Paranoá. Mas é também um “nós”, o nós que paga os preços altos do mercado, o que pode dizer *eu sou como você*, ao contrário dos policiais. Aos policiais, ele diz: *se querem minha identidade, que levem*. De novo, podemos entender identidade como o documento, ou ainda como seu nome; mas há também um ar de transcendência nesta frase, ar este comumente presente no discurso militante: a luta ultrapassa aqueles que a fazem, ela permanece ainda que nos ameacem ou nos façam desaparecer.

Por fim, apesar dessas semelhanças (os policiais são e não são corporação, têm e não têm identidade, corporificam a transcendência do Estado e ao mesmo tempo são ultrapassados por ela. Wil é e não é uma coletividade, tem e não tem uma identidade, corporifica a luta ao mesmo tempo em que é ultrapassada por sua transcendência), a análise de Wil passa pela marcação enfática de uma diferença entre nós (pessoas/movimento) e eles (policiais/Estado). O Estado, ali encarnado na polícia, aparece como inimigo, não apenas um outro, mas um adversário de muito maior potencial ofensivo.⁷

Explorar esses possíveis sentidos da análise de Wil, e o emaranhado de linhas que ela levanta, alerta, não passa por apontar qualquer tipo de *contradição*, *falha* ou ainda *ingenuidade* de seu conteúdo, como a utilização das palavras *ambivalência/ambiguidade* pode parecer querer indicar. Pelo contrário, penso que ingênuo seria, justamente, acreditar que há qualquer tipo de relação simplesmente *coerente* entre movimento e Estado, militantes e policiais. A análise de Wil me parece valiosa justamente porque revela um pouco do entrecruzamento, dos pontos de contato, das nuances entre margens e centros de que falava anteriormente: uma visão ao mesmo tempo estrutural e agenciada do Estado, uma percepção ao mesmo tempo estrutural e agenciada de si mesmo.

⁷ Quanto a isso, devo eu também de antemão me defender: não me arrisco a construir algum tipo de continuidade entre a minha análise e as que seguramente aqueles quatro ou cinco policiais possuem deste momento. Se é verdade que eles possuem histórias, trajetórias, motivações, sentimentos, uma multiplicidade de sentidos, intenções e teorias sobre o que ocorreu aquela noite, há, no entanto, uma distância da qual não posso me desvencilhar: uns(as) seguram as armas, outros(as) estão sob sua mira. Penso do lado de cá do cano da submetralhadora.

Não posso, e não pretendo, negar que muito da análise de Wil ecoa em minha experiência de vida, assim como no que senti e pensei a partir desse episódio em específico. Temos em comum, Wil e eu, apesar de inúmeras diferenças (de classe, raça e gênero, por exemplo), certo *ethos* e forma de viver o mundo a partir da militância. Esta forma de viver o mundo, no meu caso, deve-se ao fato de que faço parte do MPL-DF desde 2004, praticamente desde que ele começou a existir. Minha relação com o Movimento Passe Livre é, portanto, de ordem inversa à típica relação etnógrafa/“nativo”: sou integrante do movimento desde muito antes de pensar em ser/fazer antropologia. Foi só em 2015 que optei por deliberadamente⁸ juntar a antropologia e a minha atuação política.

Se, sendo assim, aposto aqui numa *antropologia de dentro*, impossibilitada de se ver “acima de tudo isso”, para usar as palavras de Borges (2012), minha intenção não é, por outro lado, manter-me aqui exclusivamente na narrativa militante (se é que se pode pensar em *uma* narrativa militante), ainda que partindo dela(s). Isso, enquanto ativista e antropóloga, não me interessa. Parece-me mais produtivo construir diálogos entre as discussões elaboradas pela disciplina acerca do Estado e as análises compostas dentro dos espaços de militância. Minha intenção, desta forma, é apostar em ambos os espaços enquanto produtores de teorias.

Há, ainda, outros atores envolvidos nessa interação: os quatro ou cinco policiais militares que acompanharam o ato e depois nos *enquadraram* na rua escura do Paranoá. Se não me arrisco a construir algum tipo de continuidade entre a minha análise e as que seguramente eles possuem deste momento, pretendo ao menos não negar que aqueles quatro ou cinco homens são mais do que *agentes do Estado*: possuem histórias, trajetórias, motivações, sentimentos, uma multiplicidade de sentidos e intenções. Eles, como nós, têm também suas próprias teorias e elaborações sobre quem somos, sobre o que é o Estado, sobre o que aconteceu naquela noite. Há, no entanto,

⁸ Deliberadamente, digo, porque na vida cotidiana essas categorias não se separam: desde que comecei a estudar antropologia, ela passou também a fazer parte das minhas análises no movimento, tal qual minhas análises no movimento passaram a fazer parte da minha produção acadêmica.

uma diferença entre nós, da qual não posso me desvencilhar: uns(as) seguram as armas, outros(as) estão sob sua mira. Penso do lado de cá do cano da submetralhadora.

Como, então, entender o Estado a partir da experiência de uma arma na cabeça?

Parto aqui da ideia de que são experiências como esta que tornam esta instituição, por vezes metafísica, em algo concreto, tangível. As reflexões trazidas à público na coletânea organizada pelas antropólogas Veena Das e Débora Poole (2004), tal como a crônica que aqui acionei, também se dedicam a esse plano. Tratam-se de tentativas de escapar, a partir da experiência etnográfica, de assunções metafísicas do Estado, em especial daquelas que dizem respeito ao seu próprio discurso, qual seja, o que atribuí a esta instituição a característica de suma racionalidade, guiada por princípios preestabelecidos que ultrapassariam as atuações de seus atores. Para as autoras, é preciso mergulhar nas práticas cotidianas estatais, muitas vezes visíveis não no que elas chamam de *centro*, mas em suas *margens*⁹, naqueles acontecimentos corriqueiros que muitas vezes são declarados como “exceções”, “arbitrariedades”, “equivocos”, mas que de fato são onde lei e ordem se produzem, se refazem, se reconfiguram.

Ao falarmos de centro e margem estamos, assim, também falando de interioridade e exterioridades. As margens seriam os pontos *quase fora*, as fronteiras porosas onde fora e dentro se encontram e misturam. Importante é dizer que, se o Estado tem um fora e um dentro, também o MPL os possui,

⁹ Pode haver certa confusão na escolha desses termos pelas autoras. Não se trata aqui de pensar margem/centro de forma análoga à oposição centro/periferia, de modo que é um equívoco inferir que se esteja advogando simplesmente em nome de uma antropologia no sul global, em cidades periféricas, ou qualquer coisa que o valha. Segundo a concepção das autoras, os centros e as margens estão presentes em todos os Estados. É verdade que os autores da coletânea buscam se distanciar de etnografias feitas em espaços vistos como do Estado por excelência, se aproximando de situações fora do cerne do poder. Arrisco a dizer que a diferença margem/centro se dá principalmente da seguinte forma: o centro trataria da esfera das regras, da lei, do que é chamado de norma; as margens da esfera da realização, dos atos, do que é chamado de exceção. Em última instância, a separação entre as duas coisas não é propriamente linear, mas o centro tem tons de margens, e as margens têm tons de centro.

em diversos níveis¹⁰. Aqui podemos pensar tanto em quem é e quem não é do movimento – a exemplo do que foi dito no capítulo anterior –, como também em termos dos momentos em que seus integrantes corporificam o movimento (centro) e aquelas situações nas quais passamos a ser vistos quase descolados da coletividade, como indivíduos (margem). Na situação que aqui trago à tona, em termos do Estado, o quase fora estaria na abordagem feita em rua escura, sem aparentemente seguir as ordens, leis ou os protocolos; em termos do movimento, o quase fora está no momento em que, já distantes do grande grupo, nossos rostos ganham nome e números de documento, trazendo para a cena outros agenciamentos que nos compõem para além do MPL. Nesse encontro de duas margens, o Estado se faz, assim como também se desfaz; o movimento se faz, assim como também se desfaz. Estado e MPL passam a se perpassar um ao outro, criando novos fluxos e composições.

A analogia feita por Das (2004) entre Estado e magia me parece especialmente profícua para iluminar esses entrecruzamentos: aquele seria “uma forma de regulação que oscila entre racionalidade e mágica”. Não se trata aqui de afirmar que o Estado não existe, ou utilizar o termo mágica como truque. Os pontos de contato entre magia/feitiçaria e Estado, ao contrário, passam por ambos possuírem efeitos reais; as forças mobilizadas nas instituições não serem transparentes; ambos mobilizarem forças aliadas à obscuridade, ao perigo e ao poder e, por fim, no fato de que se envolver com o Estado ou com a magia é necessariamente tornar-se vulnerável. Borges seguirá na mesma linha: “Tanto a bruxaria quanto o estado existem como coisa abstrata, mas também como coisa visível aos olhos de quem os (re) conhece” (Borges, op. cit., p. 482). Como a bruxaria, o Estado conta com um tipo de subjetividade específico, que se reinventa e se refaz a partir dele.

Seguindo esta linha, convido aqui outras figuras para compor o debate: essas entidades que chamamos de *demônios*. A invocação destes seres polêmicos decerto me parece frutífera, pois que eles trazem em si diversas

¹⁰ A exterioridade por excelência do MPL seria, justamente, o Estado, enquanto adversário e inimigo, enquanto seu oposto.

ambivalências, assim como é ambivalente a relação entre Movimento Passe Livre e Estado. Vejamos algumas de suas possíveis definições:

Demônio: (s. m.) 1. (mit) Espírito sobrenatural que, na crença grega, apresentava uma natureza entre a mortal e a divina, frequentemente inspirando ou aconselhando os humanos. 2. (rel) Cada uma das entidades sobrenaturais de natureza maléfica presentes na tradição judaico-cristã; diabo, Lúcifer. Na religião cristã, o anjo que se rebelou contra a autoridade divina, com uma legião de entidades malignas sob seu comando. 3. fig. O sentimento ou a prática da maldade (em forma personificada). 4. fig. Pessoa movida por sentimentos malignos ou que se comporta de forma cruel. 5. fig. Pessoa, freq. de pouca idade, de comportamento irrequieto. “o menino é um demônio”. 6. fig. Indivíduo incômodo, antipático ou grosseiro, de presença ou aparência desagradável. 7. fig. Desejo intenso e poderoso. (Dicionário online de Português).

Foi Weber (1974) quem disse que mexer com política é mexer com demônios, segundo meu entendimento, referindo-se ao caráter ao mesmo tempo sedutor e perigoso desta atividade. A política, essencialmente mundana, pode ser tão arriscada quanto as promessas feitas a Jesus no seu encontro com o diabo no episódio bíblico conhecido por “A tentação de Cristo”. Embora seja difícil pensar em qualquer conexão entre Weber e a forma de enxergar a política elaborada pelo MPL, a assunção do caráter demoníaco da atividade me parece coincidente com a visão que o movimento possui da atuação estatal: obtusa, cheia de promessas, do qual, por outro lado, não podemos exatamente escapar se quisermos algo conquistar nesse mundo (e não no outro, aquele que desejamos), mas contra o qual tudo temos que fazer para não cair em suas (tentadoras) garras.

“São demônios os que destroem o poder bravio da humanidade”, dizia a frase do cantor do Chico Science transcrita em um de nossos escudos – embora não possa negar que esta frase sempre causou riso na maioria de nós.

Mas era justo em um escudo, aquele que usávamos para nos proteger dos demônios encarnados do Estado, ou seja, a Polícia, que se lia esta frase. Aqui os demônios são, justamente, a prática da maldade personificada.

Por outro lado, a figura do demônio possui também caráter rebelde, insubordinável, daquele Anjo caído que se recusa a permanecer sob o domínio de Deus, como se diz sobre a história de Lúcifer. É esse caráter insubmisso que Bakunin (2000) parece retomar quando diz que o “revolucionário deve ter o demônio no corpo”, enquanto condição para escapar da ordem vigente e transformá-la. “Demônio no corpo” nos lembra um militante do MPL-DF constantemente, sempre que nos preparamos para começar mais uma manifestação, como se isso nos desse a força para levar a ação com a energia necessária. Aqui, o demônio vira o que precisamos ser, aquele que se dispõe a sempre desobedecer, nunca reverenciar, como diz Belchior em música que não por acaso se chama “Como o Diabo Gosta”.

Há, assim, demônios e demônios: alguns queremos conjurar, outros queremos destruir, ainda que não possamos ignorar sua presença. Usar destas figuras enquanto categoria analítica é propor que a relação entre Estado e MPL-DF seja pensada através de suas ambiguidades, da sua multiplicidade de significados. É, ainda, entender que ninguém de nós, nem militantes do movimento, nem agentes do Estado, está totalmente a salvo de nenhum desses demônios. As presenças demoníacas estão permanentemente por perto e, se é assim, a escolha a ser feita é sempre entre se benzer ou invocá-las.

Breve apresentação do Movimento Passe Livre-DF:

Passo agora a uma breve apresentação do Movimento Passe Livre-DF, de forma a familiarizar o(a) leitor(a) com a história e com os princípios do movimento. Não me deterei aqui na vivência cotidiana desses princípios¹¹, pois que meu interesse é trazer seus enunciados enquanto prescrições da forma como o movimento atua. Não se trata aqui, no entanto, de assumir que

¹¹ Este tema, sobre como os princípios são vivenciados no dia a dia do movimento, são trabalhados em minha dissertação, assim como em trabalhos como o de Mendes (2007) e Saraiva (2010).

tudo funcione conforme as regras: é no cotidiano do movimento que esses princípios se (re)fazem, enfrentando contradições e dificuldades diversas. Ainda assim, conhecer a prescrição é importante para o objetivo deste trabalho, a saber, algo iluminar da relação entre Estado e MPL-DF.

Há 10 anos atrás, inspirados(as) pela revolta contra o aumento de passagens em Salvador (2003) e em Florianópolis (2004), cansados(as) de passar aperto em ônibus caro, embalados por uma forma de organização política autônoma dissociada de partidos e ONGs, chamamos a primeira reunião do Movimento Passe Livre-DF. Ainda não tinha esse nome, mas já carregava os mesmos princípios: horizontalidade, apartidarismo, independência. Princípios que nessa década foram sendo elaborados, vividos, aprofundados. Logo outros vieram se somar a nossa carta: anticapitalismo e combate a toda forma de opressão. (“Caminhando e perguntando, passamos por 10 anos!” – trecho da carta de apresentação do material gráfico distribuído pelo MPL-DF em comemoração aos 10 anos do coletivo – Outubro de 2014).

O Movimento Passe Livre, como dito no trecho acima, surgiu no Distrito Federal em 2004, conjugando vários anseios: tanto as necessidades de quem enfrentava as desventuras do sistema de transporte coletivo como o que também nos parecia uma necessidade: a criação de um outro tipo de organização política, distinta da chamada *esquerda institucional*. As marcas dessa diferenciação estão, para nós, tanto na forma de atuação do movimento como em seus princípios, os dois intrinsecamente ligados. Sobre isso, Mendes (op. cit.) nos dirá:

O movimento [...] declara-se horizontal por não haver divisão entre diretoria e base, ainda que haja uma militância dita mais “orgânica” e pessoas que não participam das assembleias, mas comparecem às manifestações. A diferença é que essas pessoas podem se aproximar

e participar de acordo com suas vontades, ao contrário de outros espaços políticos que, em geral, funcionam hierarquicamente [...]. Apartidário por não ser composto, nem associado a qualquer partido, e até mesmo por ter uma resistência a aproximações com a política partidária. Autônomo por optar por controlar e escolher seus próprios rumos, defender a autogestão do sistema de transportes e organização da própria vida. O MPL se diz independente por não utilizar dinheiro ou recursos de outras entidades, por ser livre de instituições financeiras e políticas. [...] Já o federalismo serve para conferir aos movimentos localizados em outras cidades autonomia sobre suas ações, desde que respeitem os outros princípios essenciais. O anticapitalismo vem no projeto de desmercantilização dos transportes, na visão dos transportes como bem essencial que não deve ser tratado como mercadoria. (MENDES, op. cit., p. 11).

Assim, esses pontos de partida estão relacionados a um outro termo que, embora não apareça diretamente na lista de princípios do movimento, é recorrente na explicação do porquê o escolhemos. Trata-se do *prefigurativismo*, palavra de origem anarquista, como nos afirmará Saraiva (op. cit.), que “anula a distância entre os meios e os fins, criando a noção de revolução como um processo cotidiano” (SARAIVA, op. cit., p. 79). Em outras palavras, e como é muitas vezes repetido dentro de nossas explicações, esses são os nossos princípios porque não queremos *reproduzir em nós a estrutura que pretendemos destruir* – um entendimento de que a forma como nos organizamos não se separa do conteúdo de nossos discursos:

Este mundo pelo qual lutamos não estará pronto amanhã ou após um grande momento de êxtase coletivo, mas sim presente nas relações que realizamos agora. Nossos objetivos passam por um completo mundo novo futuro, mas nossos meios passam por um completo mundo novo agora. A autogestão, a democracia direta e a horizontalidade são simultaneamente nossos meios e nossos fins. (Trecho

da Carta Aberta à Sociedade: “Nossa dignidade nos leva à Rebelião, distribuída por ocasião da ocupação de uma lanchonete McDonald’s, durante visita do Presidente dos Estados Unidos à Brasília”). (ainda em SARAIVA, 2010, p. 79).

Os princípios do MPL-DF, são, assim, uma forma de garantir que não seremos tomados pelos demônios que a nossa atuação na busca por direitos frente ao Estado nos faz encontrar. São nossos princípios, nisso apostamos, que nos tornam incapturáveis, enquanto coletivo, por aquilo que queremos destruir. Eles são um(a) guia, uma proteção.

Uma noite no Paranoá

Começamos do início, do primeiro contato que tive com a polícia naquela tarde/noite. Trata-se da discussão sobre o meu direito a filmar a atuação policial, por mim argumentado, *versus* o direito de imagem do sargento Ricardo, por ele alegado ao me ver com a câmera em punho.

A primeira ação do sargento foi, de forma agressiva, gritar para que eu parasse de filmá-lo. Em seguida, aparentemente após ser aconselhado por um colega/comandante da operação, me procurou para argumentar por que eu não deveria filmá-lo. O uso que se fazia de sua imagem não era justo, ele me dizia. E apelava para que eu entendesse o lado dele.

Minha resposta não poderia ter sido mais *legalista*, embora eu não tivesse qualquer certeza se o que eu dizia estava de fato em alguma lei. Aprendi, no entanto, ao longo desses anos de movimento social, a fazer *parecer lei* o que me parece *correto*, por meio de uma forma de falar – o tom de respeito, o linguajar, certa performance – que me soavam como apropriados para um aparato jurídico. Essa minha opção/técnica deriva, sem dúvida, de um contato constante com forças estatais em situações parecidas com a que agora analiso: não teria nenhuma esperança, ao contrário do sargento, de argumentar com ele dizendo que para mim não era *justo* que eu não pudesse filmá-lo. (“*Caro sargento, mas você não me entende. Se eu não puder te filmar, como me defendo de sua arbitrariedade? Não é justo que a sociedade não pos-*

sa *filmar a polícia!*”). Apeguei-me ao que supostamente regulamentaria sua atuação, à suposta legalidade como prova de racionalidade do que eu dizia, como forma de defender minhas próprias convicções. Aqui, acabei sendo mais estatal que o Estado.

Já o sargento Ricardo se sentiu à vontade em argumentar comigo com base no que ele achava justo, talvez por não necessitar do idioma da lei tanto quanto eu, visto que ele mesmo é um *homem da lei*. Por outro lado, suas apelações também podem revelar uma tentativa de falar no que ele julgava ser o meu idioma, a linguagem que eu entenderia. Nesse sentido, este encontro funciona, tanto para ele como para mim, como algo próximo a: “Em Roma, como os romanos”. Em outras palavras, nós dois agimos como se a comunicação possível com o Outro passasse justamente por nos transformarmos um pouco naquele que temos em nossa frente, diminuindo a distância entre nós. Há algo nesses encontros que necessariamente nos deixa, assim, mais perto daquele(a) que combatemos, e esse é um dos perigos em se enveredar por essas relações.

Foi só depois de não obter sucesso na primeira tentativa que o sargento mudou de estratégia, a partir da defesa de seu direito de imagem. Foi quando nós dois nos dedicamos a fazer leis com nossos discursos que a conversa tornou-se inviável. Este diálogo, comigo e com o sargento Ricardo recorrendo a leis que não sabemos mesmo se existem, diz respeito ao caráter ilegível do Estado. Não somos só nós dois: ninguém sabe ao certo o que há ou não nas leis, mas sabemos *como* são as leis, ou ao menos achamos que sabemos. E esse não saber é o que permite alguma criatividade, tanto para mim como para sargento Ricardo enquanto agente estatal. “É na ilegibilidade, nas impropriedades, que podemos ver como o estado se reencarna em novas formas” (DAS, op. cit., p. 227).

É claro que uns têm mais possibilidade de invenção do que outros, ou algumas invenções são mais eficazes que outras. Ao fim e ao cabo, o sargento Ricardo se fez lei quando nos encontramos outra vez mais tarde, agora já não circundados pela manifestação, e o comandante da operação me afirmou que eu estava mesmo equivocada sobre o direito de imagem do PM. Não se

preocupou em me explicar a lei em que se baseava, mas apenas em perguntar se eu era jornalista (alguém que teria mais direito à imagem dos outros?) e em afirmar que havia feito Direito. Nem precisava tanto: sua arma e a rua escura ao redor já eram o suficiente para me convencer de que quem fazia a lei ali eram eles, e não eu – “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Por outro lado, a fala inicial des Ricardo, aparentemente menos hábil que seu comandante, nos chama a atenção para outra questão. Ele diz que o que se faz com a sua imagem não é justo, porque, quando ele acerta, “a PM leva o mérito”, mas, quando ele erra, é ele quem “leva a culpa”. Não posso mais que compreender a angústia do sargento: é a crença na vida própria do Estado e em seu caráter abstrato que faz com que ele represente sua corporação quando acerta (e está, assim, encarnando sua racionalidade) e seja punido individualmente quando se equivoca (e então se desviou da lei e da ordem). Se “todo o sistema judicial e moderno pressupõe suspeição organizada”, como nos afirma Asad (2004, p. 285), essa suspeição não se redireciona ao Estado enquanto instituição ou processo, mas aos indivíduos que eventualmente falharam em não seguir sua racionalidade. Os governantes erram, o Estado não. O policial erra, a polícia não. Responsabiliza-se o bruxo, não a bruxaria, na qual mantemos fé intacta (BORGES, op. cit.).

Essas, no entanto, não foram as questões que inicialmente me tocaram quando vivi aquela abordagem. O que, logo de início, me deixou confusa e intrigada sobre a situação foi a aparente contradição da atuação dos policiais: armas na cabeça e pedidos de luta por seus convênios médicos. *Baculejo* em uma rua escura e declaração de apoio à luta. Por que nos parar se “estamos do mesmo lado”? Ou por que dizer que estamos do mesmo lado se nos pararam?

Foram perguntas que me vieram à cabeça, em primeiro lugar, por comparar este a outros tantos encontros com a polícia. Ao puxar na memória abordagens policiais sofridas nesses anos de atuação política, as armas eram uma constante, mas não pude lembrar de qualquer comentário acerca de nossas propostas de luta, ou, menos ainda, um pedido que nos manifestássemos a favor de seus direitos. Confesso que as análises de cunho psicológico/moral

me pareceram extremamente tentadoras naquele momento – “cínicos”, “passivo-agressivo” e outros termos que o valham. Mas logo me dei conta da miséria dessas hipóteses ao notar que o que mais me chocava naquela situação era a familiaridade daquele discurso. Foi quando resolvi trocar de pergunta: o que mudou para que aqueles policiais achassem ser necessário afirmar que nossa luta é justa? O que permaneceu para que mesmo assim eles nos parassem? E, além disso, o que essa situação à margem nos diz mais amplamente sobre a relação Estado e movimento?

Estamos do mesmo lado?

No início da atuação do MPL-DF, seria difícil imaginar que seríamos interpelados a lutar pelo convênio médico de policiais após um *baculejo*. Mas também seria difícil pensar que algum dia estaríamos presentes, a convite do MPL-SP, em uma mesa com o presidente do Brasil. E, se imaginávamos que o passe livre estudantil seria implementado em Brasília, dificilmente acreditávamos que seria feito da forma que ocorreu. Nesse ponto, pretendo dividir alguns olhares sobre a história da atuação do MPL, especialmente centrada nas interações movimento-Estado. É uma tentativa de compartilhar meus pontos de partida para então voltar a discutir por que a atuação da polícia aqui analisada me soou tão familiar: ela não é isolada do *centro*.

Entre 2004 e 2005, a aparição do MPL-DF parecia causar, acima de tudo, surpresa. A sensação de que não éramos compreensíveis a partir das categorias usuais de interpretação de outros movimentos aparece em diversos registros etnográficos¹². Além disso, histórias sobre esse período são repetidamente contadas em reuniões ou conversas atuais do MPL, ressaltando esse momento como uma época em que a polícia não reconhecia ou não sabia como lidar com os princípios do movimento, como a horizontalidade.

¹² “A forma surpreendente com que o MPL tomou as ruas de várias cidades, interrompendo o trânsito e enfrentando a polícia, gritando, cantando e dançando novas palavras e músicas pelo passe estudantil, contra os aumentos das passagens de ônibus ou denunciando as péssimas condições de transporte, produziu um ar de novidade, contrastando com as padronizadas manifestações capitaneadas por partidos políticos e/ou sindicatos” (SARAIVA, op. cit., p. 65).

Sem pretender me alongar nesse ponto, minha ideia é argumentar que, nesse primeiro momento, o “ar de novidade” do movimento significava também um tipo específico de interação movimento-Estado: as falas de representantes do governo (então capitaneado por Joaquim Roriz - PMDB) giravam principalmente ao redor da “loucura” da demanda pelo passe livre e da impossibilidade de realizá-la. A forma como nos organizávamos para lutar por ela também era alvo de questionamentos, chamada até mesmo de “acéfala”¹³ por um subsecretário. Comentários como estes, que víamos como constantes no início de nossa atuação, não pareciam atribuir ao movimento qualquer caráter de legitimidade: agia-se conosco como se age, para retomar nossa metáfora, com um *menino endemoniado*. Ou, ainda, se pudermos usar a ideia de Foucault (1995) de “Dividing Practices”, na divisão entre movimentos sociais sãos e loucos, estaríamos na segunda categoria. Havia um jeito certo de fazer política, e esse jeito não era o nosso.

A nossa ilegitimidade enquanto (des)organização era também construída nas interações corpo a corpo com a polícia, cuja truculência foi aumentando progressivamente, em especial quando o movimento, em 2006, passou a fazer ações de rua também fora do Plano Piloto. O MPL agia de forma irracional, incontrollável. Era preciso nos educar, ou, ainda, nos exorcizar: tirar de nós a ideia de que há outra forma possível de se fazer política que não aquela previamente estabelecida.¹⁴

¹³ Essa declaração ocorreu quando, após uma manifestação em que ocupamos a ouvidoria de transporte na Rodoviária do Plano Piloto, ainda em 2005, como parte da campanha contra o boato do aumento da passagem que começava a ser divulgado, fomos chamados para conversar com este subsecretário. Ao longo de nossa conversa, emitiu um comentário sobre a forma de organização do movimento, alguma frase como “se vocês não têm líderes, vocês são um movimento acéfalo. Não vai dar certo. Vocês precisam de liderança”.

¹⁴ Não quero sugerir aqui que a razão para a truculência policial de então era exclusivamente oriunda da percepção que tinham de nós enquanto organização sem legitimidade/incompreensível. Há uma possível série de outras questões que sem dúvida merecem ser discutidas nesse ponto: desde a diferença da atuação policial no centro de Brasília e nas cidades-satélites até formas distintas de distintos governos tratarem de movimentos sociais, entre outros. Apenas pretendo apontar aqui que a nossa novidade e, portanto, a nossa ilegibilidade enquanto movimento é também aspecto relevante do tipo de abordagem a qual éramos submetidos

Se por um lado essa era uma experiência (literalmente) dolorosa – com pessoas presas, algumas paranoias acumuladas e alguns abandonos do movimento por conta de vivências especialmente traumáticas –, foi também esse confronto que nos abriu um caminho como *alternativa* ao que víamos como *estabelecido* – a *oligarquia do GDF, a máfia do transporte, e inclusive, a esquerda institucional*¹⁵. Com o passar do tempo, no entanto, o movimento passou a ter outros efeitos. Após uma longa jornada de lutas contra o aumento de passagens, em 2006, vimos questões de transporte passarem a ser vistas como uma boa oportunidade de promessas eleitorais, o que causou em muitos de nós um misto de sensação de raiva e conquista¹⁶. Em depoimento colhido por Saraiva:

A gente percebeu a nossa influência no processo político local: na campanha eleitoral todo candidato falava alguma coisa sobre os transportes. Então a gente viu que precisava compreender mais a conjuntura e a realidade, pra ela não nos pegar desprevenidos (Depoimento de um ativista do MPL. In: SARAIVA, op. cit., p. 73).

A nossa atuação também pareceu modificar significativamente a política de aumentos após esse processo: o DF chegou a ficar nove anos sem reajuste direto de passagem (janeiro de 2006 – setembro de 2015). Um projeto de Passe Livre Estudantil acabou sendo ressuscitado pelo governo Arruda (então PFL) pouco antes de sua vertiginosa queda por conta de um escândalo de corrupção.

A conquista de um direito não se deu nos moldes em que pensávamos e parecia nos aproximar em demasia dos demônios que queríamos destruir.

¹⁵ Os termos em itálico são termos comumente utilizados em comunicados, falas e reuniões do movimento. Em relação à chamada “esquerda institucional”, Mendes dirá: “O MPL faz uma crítica ao sistema de funcionamento desses grupos, como os processos de eleição, burocratização e corrupção internas, e ao próprio sistema de representatividade que essas entidades propõem. (Elas) têm direções fechadas e se posicionam de maneira hierárquica.” (Op. cit., p. 12)

¹⁶ Já havíamos sentido sensação parecida quando o deputado Paulo Tadeu (PT), ainda no começo do movimento em 2005, passou a usar da bandeira do Passe Livre estudantil como parte de seu mandato.

As discussões sobre se estávamos, afinal, lidando com uma derrota ou uma vitória foram constantes no movimento, assim como o debate sobre como os nossos princípios se resignificavam a partir da interação com estruturas de Estado das quais discordávamos¹³. A importância dada a essas discussões, que muitas vezes resultaram em sérios desentendimentos internos, revelam a preocupação latente em não se *sujar* com as práticas do *inimigo*, embora houvesse também diversidade de opiniões sobre o que seria se *sujar* e o que seria inevitável na prática de um movimento social. Dilemas de se fazer política nesse mundo, e não naquele em que buscamos.

Por outro lado, o contato com processos como o da aprovação do Passe Livre Estudantil contribuiu para novas elaborações dos integrantes do movimento acerca das sutilezas do Estado. Nossa imagem de um processo intenso de mobilizações batendo à porta dos órgãos institucionais e acuando-os em nome de direitos havia se complexificado: algumas sementes pareciam ser plantadas para nascerem de formas totalmente inesperadas, que não estavam sob nosso controle. A relação Estado e Movimento, assim, começa a assumir novas formas: deixamos de ser irreconhecíveis e assim passamos a ser mais capturáveis.

Quando, entre 2010 e 2014, o GDF, então sob comando de Agnelo Queiroz (PT), passa a declarar publicamente que a Tarifa Zero é não só “possível” como sua implementação vinha sendo estudada por sua equipe, é que nos vemos de forma mais explícita diante do caráter ambivalente do Estado: por um lado, fonte de perigo, por outro, de possibilidade de conquista, tal qual o estado de duas caras relatado por Nelson (2004). Foram convites e mais convites para reuniões, que nos deixavam sempre desconfiados(as) acerca de sua eficácia. A solução que o movimento encontrou foi, por um lado, buscar manter o foco nas atuações que vínhamos construindo em outras cidades e as manifestações de rua – ou seja, fora do que chamamos de *via institucional* – e participar dos espaços de encontro com o GDF até um ponto em que não julgávamos estar sendo simplesmente *enrolados*. Os discursos do movimento, após todas as reuniões, eram marcados pelo tom de crítica à lentidão do GDF para implementar uma política que ele sabia ser possível e reafirmava

a posição do MPL de “não sair das ruas”. Com essa postura, por vezes nos víamos em um limbo: fomos ao mesmo tempo chamados de *sectários* por uns e de *pelegos* por outros.¹⁷

O governo Agnelo acabou sem avançar de fato na implementação da Tarifa Zero, sofrendo uma retumbante derrota eleitoral. Rodrigo Rollemberg (PSB) assumiu o posto com postura vista pelo movimento como notadamente diferente, e os boatos acerca de possíveis aumento de passagem voltaram a rondar Brasília. Os boatos se concretizaram, por fim, em setembro de 2015, quando o GDF instituiu uma série de medidas em nome da saúde das contas do Distrito Federal, entre elas o aumento da tarifa de transporte. Foi no contexto da luta contra esse aumento que fomos abordados(as) naquela noite no Paranoá.

Se o aumento de passagens não nos veio como uma surpresa, nos vimos outra vez frente a discursos e práticas do governo permeados por ambiguidades. O secretário de transportes chegou até mesmo a afirmar sobre a Tarifa Zero: “É uma questão política; se a população quiser, haverá, sim, tarifa zero”¹⁸. A tarifa zero era uma questão política, mas o aumento de passagens, uma “ação inevitável”¹⁹, como foi dito diversas vezes por membros do governo

Como não lembrar da declaração que escutamos dos policiais, ao nos pararem agressivamente no Paranoá e, ao fim, declararem que “estávamos do mesmo lado”? *Achamos que vocês estão certos, mas colocar a arma em suas cabeças foi inevitável*. A semelhança entre o que ouvimos àquela noite e os discursos do alto escalão do governo me parece notável.

¹⁷ Duas palavras recorrentes nos vocabulários de movimentos sociais de esquerda, com significado oposto: se “sectário” se refere àquele que *não se dispõe* a dialogar, “pelego” é quem se dispõe a dialogar *demais*.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/noticias/7702/tarifa-do-onibus-no-df-nao-muda-antes-da-reestruturacao-das-linhas.html>>.

¹⁹ “Todo esse esforço foi insuficiente em função do enorme déficit herdado do governo anterior. Neste período fizemos tentativas junto ao governo federal [...], mas a crise por que passa o governo federal também dificultou.” E “Estamos fazendo isso por absoluta necessidade”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/pacote-anunciado-por-rollemberg-deixa-servidores-do-df-sem-reajuste.html>>.

O “estar do mesmo lado”, aqui, não parece relacionado apenas a uma possível visão policial sobre o MPL, sobre a qual talvez não tenhamos tantos elementos, mas, também, fruto do caráter de *razoabilidade* que as manifestações de rua têm progressivamente ganhado²⁰, especialmente depois de serem a principal estratégia dos movimentos pelo *impeachment* da Presidenta Dilma. Essa razoabilidade pode ter sido fator fundamental para que os policiais militares tenham sentido necessidade de afirmar seu apoio: não somos o mesmo tipo de manifestante, e, por isso, somos parados, mas somos *também manifestantes*, e por isso somos legítimos.

Por outro lado, esse tipo de questão também se refletiu no interior do movimento: Agora que as manifestações eram *razoáveis*, há ainda poder em utilizá-las? Dúvidas como essa foram por vezes levantadas em reunião, embora não exatamente com esses termos. Os atos de rua passaram mesmo a ser questionados enquanto ferramenta principal do movimento, algo que nos caracterizou por vários anos²¹, mesmo que nossos atos sejam marcadamente diferentes daqueles. A aceitação agora enfrentada pelas ocupações de rua, foi dito, talvez significasse que precisávamos de outras táticas. Assim, a legibilidade de nossas práticas de luta e a consequente não reação de confronto por parte do governo por vezes nos pareciam empurrar para um lugar especialmente perigoso, que recusamos terminantemente: não queremos – e não podemos – estar do mesmo lado.

O paradoxo da legitimidade e as perguntas que não se calam:

O conflito ou embate explícito com o Estado é parte fundamental e fundante da atuação do MPL-DF. Em primeiro lugar, porque é em oposição a este Estado que a identidade do movimento se cria. A oposição a seus efeitos,

²⁰ O que se passou a chamar de “Jornadas de Junho” e o consequente reconhecimento que o Movimento Passe Livre passou a ter é parte fundamental desse processo. Neste artigo, não me arrisco a me debruçar sobre ele por dois motivos: primeiro, o fato de que o MPL no DF não possuiu protagonismo nestas jornadas, ao contrário do que ocorreu em outras partes do Brasil. Em segundo lugar, tais Jornadas me parecem possuir uma multiplicidade de sentidos que não se encaixam no escopo deste trabalho.

²¹ Ver Duques Lima (2015).

como a própria existência da tarifa, e às suas práticas (não apenas o “privilegio ao lucro dos empresários”, mas também a sua forma de se organizar, suas instituições, sua linguagem). Isso é facilmente perceptível se analisarmos mais cuidadosamente os *princípios* do movimento: aqueles que não podem ser negociados, ao contrário de sua pauta, que já foi, inclusive, modificada.

A noção de *prefigurativismo*, sobre a qual já falamos, trata da batalha por criar uma subjetividade não adequada ao Estado: “não liberar o indivíduo do estado, mas nos liberar tanto do estado como da forma de individualização ligada ao estado” (FOUCAULT, op. cit., p. 216). Ou ainda a ideia de criar uma subjetividade “contra o Estado”, nos termos de Clastres (1974). Nossos princípios nos servem, assim, como uma proteção contra essa entidade maléfica, o Estado, que insiste em nos rodear e nos tentar com suas promessas nefastas.

A “identidade libertária”, que Mendes (op. cit.) nos afirma ser marca do MPL-DF, é, portanto, formada em oposição ao Estado e consolidada tanto na experimentação cotidiana de nossos princípios como nas situações em que o confronto com as estruturas estatais se concretiza. Não à toa as discussões sobre ações violentas da polícia sempre se fizeram presentes no interior do movimento: não apenas pelos seus perigos e medos (inegáveis e fundamentais), mas também porque as agressões policiais tornam o Estado *tangível*, encarnam essa abstração mesmo para quem costuma viver a paz de não ser muito perturbado por ele. É nesse sentido que nos deparamos com os tais demônios, aqueles que “destroem o poder bravo da humanidade”.

Em outras palavras, a emergência do conflito – que pode também ser causada pela agressão policial, mas não só – faz com que isso sobre o qual tanto falamos, a saber, os efeitos de Estado reconhecidos cotidianamente pelos militantes do movimento, ultrapassem as barreiras do coletivo, passando, então, a ser vistos, pois que agora encarnados em ações concretas. Perdemos a dimensão dos perigos dos demônios se, vez por outra, sua ameaça não aparece de forma corporificada: nesses encontros, o Estado se faz real, assim como a catraca muitas vezes só volta a ser vista depois de um aumento de passagem.

Por outro lado, se a falta desses encontros parece minar nossa razão de ser, estar neles também implica nossa transformação. Como nos lembrará Borges, mexer com a bruxaria é sempre perigoso: corre-se o risco de terminar embruxado. O mesmo se pode dizer sobre o Estado. Ao nos estabelecermos como movimento e por meio de nossa trajetória, deixamos a categoria de irracionalidade e incompreensão que ocupávamos inicialmente, deixamos de ser aquele sujeito incômodo e malvisto para sermos encarados(as) como agentes políticos com alguma legitimidade, embora não toda.

Nos vemos assim, frente a uma armadilha, que chamo aqui de paradoxo da legitimidade. Há que se perguntar: o que é visto como legítimo pelos olhos das relações de estado, cujo mito o afirma como única organização política possível e racional? A legitimidade, desta forma, parece ter um lado perverso de colonização, de exorcismo.

Assim, quando um policial militar nos pede para que lutemos por seu convênio em uma manifestação, ou, ainda, quando somos questionados(as) em redes sociais com frases como: “Mas por que vocês só lutam por passagem? Por que não por saúde e educação?”, parecemos subitamente ter virado o que queremos destruir. Ambas as situações são reflexo de uma política de *representação*: já que é isso que fazemos, poderíamos lutar *em nome* do policial; ou, já que somos *os que lutam*, deveríamos lutar por outras coisas “mais importantes”. Transformamo-nos, na contramão do que acreditamos, naqueles(as) que fazem política, em oposição a todos(as) aqueles(as) que não se dispõem a mexer com essas coisas. esta forma, se, por um lado, podemos mesmo estar mais próximos da conquista de nossas bandeiras, talvez nos sentíssemos mais confortáveis quando éramos apenas loucos, incompreensíveis, *endiabrados*. Algumas questões parecem nos acompanhar: estamos perto demais dos demônios da política? Ou, ainda, seguimos com o demônio no corpo, como Bakunin dizia ser imprescindível? Aqui interessam menos as possíveis respostas do que a intermitência das perguntas: a função dos demônios, afinal de contas, é lembrar que se faz necessário, sempre, agir e vigiar.

REFERÊNCIAS

1. ASAD, T. Where are the margins of the state? In: DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
2. BAKUNIN, M. Deus e o Estado. São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.
3. BORGES, A. Ser embruxado: notas epistemológicas sobre razão e poder na antropologia. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 469-488, set./dez. 2012.
4. BURCHELL, G. et al. **The Foucault effects**. Studies in Governmentality. Chicago: The University of Chicago Press. 1991
5. DAS, V. The Signature of the state: The paradox of Illegibility. In: DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
6. DELEUZE, G.; Guatarri, F. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Coleção TRANS. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 94 p.
7. _____. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.
8. DREYFUS, H.; RAIBOWN, P. **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. 2. ed. Chicago: The university of Chicago Press, 1983. p.208-226.
9. DUQUES LIMA, P. Ger'ação direta no DF: reflexões sobre as lutas sociais em Brasília na primeira década do século XXI. In: RESES, Orlando da Silva (Org.). *Universidade e Movimentos Sociais*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
10. FOUCAULT, M. **Seguridad, Territorio, poblacion**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
11. MENDES, Elisa Rosas. **Por uma vida sem catracas: um estudo sobre o Movimento Passe Livre**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Unb, Brasília, 2007.
12. NELSON, D. Anthropologists Discovers Legendary two-faced indians! Margins, the state an duplicity in post-war Guatemala. In: DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004
13. ORTELLADO, P et al. **20 centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Ed. Veneta, 2013.

14. POOLE, D.; DAS, V. State and its Margins: Comparative Ethnographies. In: DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
15. SARAIVA, A. **Movimentos em Movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado) – Centro de Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
16. TEIXEIRA, C. et al. A antropologia da administração e da Governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 51-95.
17. WEBER, M. **Max Weber, Ensaios de Sociologia**. Organização Hans Gerth e Wright Mills. Rio de Janeiro: Zahar, Ed 1974.
18. _____. **Ciência e Política, duas vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1999.